FÓRUM

Submetido 10-06-2021. Aprovado 09-12-2021. Avaliado pelo processo de *double blind review*. Editores convidados: Eduardo José Grin, Antônio Sérgio Araújo Fernandes, Catarina Ianni Segatto, Marco Antônio Carvalho Teixeira, Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento e Paula Chies Schommer

DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n87.83879

O ANTILÍDER: DA LIDERANÇA DISCURSIVA PRESIDENCIAL À DESCOORDENAÇÃO FEDERATIVA PARA O COMBATE À COVID-19

The Anti-Leader: From presidential discursive leadership to federative incoordination to combat COVID-19

El Anti-Líder: Del liderazgo discursivo presidencial a la descoordinación federativa para combatir el Covid-19

Felipe Fróes Couto[1] | felipe.couto@unimontes.br | ORCID: 0000-0002-4928-9920

Gabriel Farias Alves Correia[2] | correiagfa@gmail.com | ORCID: 0000-0002-8534-0543

Alexandre de Pádua Carrieri[2] | aguiar.paduacarrieri@terra.com.br | ORCID: 0000-0001-8552-8717

[1]Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, Montes Claros, MG, Brasil

[2]Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar criticamente a liderança política de Jair Bolsonaro em relação à coordenação das ações dos demais entes federativos durante a pandemia Coronavirus Disease 2019 (Covid-19), a partir dos direcionamentos da análise crítica do discurso de Van Dijk. Utilizamos dos apontamentos do método da materialidade audiovisual para trabalharmos com 15 vídeos publicados na plataforma do YouTube nos canais oficiais do presidente da República. Seguindo as diretrizes desenvolvidas por Van Dijk, analisamos os dados. Os resultados sugerem que a liderança presidencial na coordenação dos entes federativos subnacionais constituiu uma antítese do que é prescrito na literatura sobre liderança pública. Bolsonaro posicionou-se de maneira agressiva, constituindo um cenário discursivo de guerra contra as demais lideranças políticas da nação. Sua postura pode ser associada à figura de um antilíder, um agente que busca a desagregação e a descoordenação dos atores em prol de suas próprias concepções.

Palavras-chave: federalismo, coordenação federativa, Antilíder, Covid-19, liderança no setor público.

ABSTRACT

The objective of this paper is to critically analyze Jair Bolsonaro's political leadership in relation to the coordination of actions of other federative entities during the Coronavirus pandemic (COVID-19), based on the directions of Van Dijk's critical discourse analysis. We used the notes of the audiovisual materiality method to work with 15 videos published on the YouTube platform in the official President's channel. Data were analyzed following the guidelines developed by Van Dijk. The results suggest that the presidential leadership in coordinating subnational federative entities was an antithesis of what is prescribed in the literature on public leadership. Bolsonaro positioned himself aggressively, constituting a discursive scenario of war against other political leaders of the nation. His posture can be associated with the figure of an anti-leader, an agent who seeks the disaggregation and lack of coordination of actors in favor of his own conceptions.

Keywords: *federalism, federative coordination, Anti-Leader, COVID-19, leadership in the public sector.*

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar críticamente el liderazgo político de Jair Bolsonaro en relación a la coordinación de las acciones de otras entidades federativas durante la pandemia de la Enfermedad del Coronavirus 2019 (Covid-19), a partir de las orientaciones del análisis crítico del discurso de Van Dijk. Utilizamos las notas del método de materialidad audiovisual para trabajar con 15 videos publicados en la plataforma de YouTube en el canal oficial del presidente. Siguiendo las pautas desarrolladas por Van Dijk, analizamos los datos. Los resultados sugieren que el liderazgo presidencial en la coordinación de las entidades federativas subnacionales fue una antítesis de lo prescrito en la literatura sobre liderazgo público. Bolsonaro se posicionó agresivamente, constituyendo un escenario discursivo de guerra contra otros líderes políticos de la nación. Su postura puede asociarse a la figura de un anti-líder, un agente que busca la desagregación y descoordinación de los actores a favor de sus propias concepciones.

Palabras clave: *federalismo, coordinación federativa, Anti-Líder, Covid-19, liderazgo en el sector público.*

INTRODUÇÃO

Durante a crise da pandemia de Covid-19, uma série de notórias discórdias entre o presidente da República e governadores e prefeitos deu origem a um conflito federativo que ganhou contornos judiciais após a União editar a Medida Provisória nº 926/2020, que estabelecia parâmetros de funcionamento das atividades econômicas durante a pandemia e confrontando diretamente a autonomia dos entes federados em suas medidas de distanciamento social. Enquanto o governo federal defendia o isolamento vertical (somente de grupos de risco), os governadores adotaram medidas de isolamento horizontal, no qual todos os grupos deveriam seguir distanciamento social (Rossi & Silva, 2020).

Para tratar deste conflito decisório, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341, acatada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de abril de 2020, revogando a MP e permitindo que os governos dos Estados e municípios definissem os serviços essenciais e as regras de isolamento social (Schaefer, Resende, Epitácio, & Aleixo, 2020). As tensões entre os governadores e o presidente da República, presentes desde a eleição de 2018, foram ampliadas por represálias mútuas envolvendo o Fórum de Governadores do Nordeste e o Governo do Estado de São Paulo (Santos & Fossá, 2020).

Especificamente em relação ao fórum, uma carta dos governadores divulgada em 25 de março de 2020 pregava "defesa irrestrita das recomendações de base científica a favor da adoção de rígidas medidas preventivas, sobretudo o isolamento dos infectados e o distanciamento social" (Rossi & Silva, 2020, p. 8). Em 27 de março de 2020, o Consórcio Nordeste repudiou a posição do presidente em relação ao isolamento social, afirmando que ela "representa um verdadeiro atentado à vida" (Rossi & Silva, 2020, p. 9).

O caso concreto ilustrado acima demonstra que o Brasil passou por um período de notória incompatibilidade de ações e de descoordenação federativa dos esforços para o combate à Covid-19. Essa crise não passou despercebida de análise científica, visto que estudos recentes mostram que as disputas entre Bolsonaro e governadores não se resumiu a disputas narrativas pela verdade, mas se estendeu ao campo da moralidade, da estigmatização do adversário e a uma guerra de difamações e construção de imagens pejorativas (Santos & Fossá, 2020). A guerra de narrativas levou a uma situação generalizada de desinformação no Brasil, em que temas de saúde pública passaram a ser tratados conforme preferências políticas. Essas mesmas preferências políticas possuem um papel central na definição de quais fontes de informação passaram a ser consideradas válidas ou não para o debate sobre a doença (Gramacho, Turgeon, Kennedo, Stabile, & Mundim, 2021).

A crise e a polarização política também levaram à extrapolação de meios populistas de comunicação que fizeram com que o presidente da República se isolasse em seus canais diretos com a população. Por meio de *lives* em suas redes sociais, pronunciamentos em espaços midiáticos selecionados e o "cercadinho de apoiadores", o presidente construiu um discurso de guerra em que o Covid-19 é apenas mais um inimigo — equiparável a seus adversários políticos — a ser combatido na arena política por meio de uma campanha de desinformação e *fake news* (Luiz, 2020; Ortega & Orsini, 2020; Silva, 2020).

Um conjunto de consistentes pesquisas tem analisado a descoordenação dos esforços entre os entes federativos (Abrucio, Grin, Franzese, Segatto, & Couto, 2020; Pereira, Oliveira, & Sampaio, 2020; Schaefer et al., 2020). Nosso argumento, ao longo deste trabalho, é que essa descoordenação não foi meramente resultado de processos políticos, mas construída discursivamente a partir da liderança exercida pelo presidente da República.

O foco da pesquisa que norteia o presente trabalho é: quais foram as estratégias discursivas adotadas por Jair Bolsonaro para constituir um cenário de descoordenação dos entes federativos no combate à Covid-19? Para responder a esta questão, , buscamos discursos proferidos pelo presidente publicados oficialmente por Jair Bolsonaro em seu canal no *YouTube* nos primeiros 30 dias após o estopim da pandemia no Brasil para analisá-los criticamente à luz das publicações recentes e dos fatos que ocorreram ao longo da pandemia.

A escolha de trabalhar com a análise crítica do discurso em Van Dijk (1999; 2000; 2015) justifica-se vez que a abordagem sociocognitiva do discurso é adequada para analisar a produção de discursos ditos públicos, bem como a influência política sobre os sujeitos. Estudar a liderança da presidência na coordenação federativa pela dimensão do discurso é cabível, visto que a própria construção do conceito de liderança é relacional e discursiva, pois diz respeito às condições materiais em que a liderança é exercida. Portanto, a liderança, neste trabalho, não é vista como um atributo do sujeito, mas uma relação de poder que depende do contexto e da abordagem adotada nas práticas (Koivunen, 2007; Ospina, 2017).

A partir das diretrizes levantadas, o estudo considerou as orientações da pesquisa qualitativa de base crítica-hermenêutica. Utilizamos apontamentos do método da materialidade audiovisual para trabalharmos com 15 vídeos publicados na plataforma do *YouTube* nos canais oficial do presidente da república e do Planalto. Seguindo as diretrizes desenvolvidas por Van Dijk (1999; 2000; 2015) sobre a análise crítica do discurso, analisamos os dados.

Os resultados sugerem que o governo de Jair Bolsonaro fez uso deliberado de estratégias discursivas para criar, a partir de um exercício destrutivo de liderança (ou antiliderança), um cenário de descoordenação. O palco da pandemia tornou-se uma arena de disputas políticas cujas prioridades foram alocadas na preservação de sua imagem política. Avançamos no argumento de que a disputa pela reabertura da economia deu lugar a uma generalizada descoordenação das atividades de prefeituras e governos dos Estados (Abrucio et al, 2020).

LIDERANÇA DISCURSIVA NO SETOR PÚBLICO

Existem dois modelos de federalismo predominantes na literatura: dual e cooperativo. No primeiro, entende-se que cada ente possui autonomia constitucional estrita sobre diferentes áreas. Isso permite que os governos locais gastem seus recursos de modo mais eficiente e transparente, garantindo que as políticas públicas respondam melhor às demandas locais. No segundo, a autoridade compartilhada combina autonomia subnacional e coordenação nacional, o que significa que as autonomias dos entes federativos se conformam às diretrizes impostas pelos governos federais (Abrucio et al, 2020).

Especificamente em relação ao campo da saúde, a União está encarregada do financiamento e da formulação da política nacional de saúde, bem como da coordenação das ações governamentais. Em outras palavras, o Ministério da Saúde, por meio de suas portarias ministeriais e normas operacionais básicas do SUS, podem restringir e condicionar transferências de recursos em função das regras estabelecidas em nível federal (Arretche, 2004; Melo, 2005; Pereira et al, 2020).

Em um arranjo jurídico-institucional desafiador como o brasileiro, o exercício da liderança pela coordenação federativa intragovernamental é essencial para atribuir conformidade política ao território nacional — especialmente porque a maior parte das políticas sociais brasileiras foi originalmente estabelecida na forma de competências concorrentes pela Constituição (Grin & Segatto, 2021). Experiências exitosas de fóruns, conselhos e consórcios intermunicipais já foram registradas, demonstrando a necessidade de capacidade de coordenação e exercício de liderança pública em arenas de pactuação, barganha e gestão de conflitos (Segatto & Abrucio, 2016).

Liderança é um conceito polissêmico e popular no campo acadêmico. A literatura especializada derivou vários conceitos e várias categorias advindos do fenômeno, normalmente concentrando seu foco de atenção para compreender com profundidade as características e a capacidade dos líderes de imprimir suas visões em seus liderados e obter resultados organizacionais desejáveis (Crosby & Bryson, 2017). Para alguns autores, líder e liderança são dois fenômenos que se confundem (Newman, 2011).

Contudo, alguns estudiosos vêm analisando a liderança como um processo ético de interação discursiva mutuamente benéfica — nessa visão, a liderança passa a ser vista como uma propriedade de um sistema de relações dinâmicas (Crosby & Bryson, 2017; Fairhurst, 2008; Wodak, Kwon, & Clarke, 2011). Nessa visão, a liderança é um processo coconstruído, um produto da construção de significados históricos e coletivos, negociada continuamente por meio de uma rede complexa de interações entre os atores (Fairhurst & Grant, 2010; Newman, 2011).

O processo de liderança realiza-se a partir da capacidade comunicativa de construir consensos entre as partes. E esses consensos são fundamentais, visto que é necessário algum nível de acordo suficiente para que um determinado grupo possa prosseguir com um curso de ação capaz de lidar com a situação que se apresenta (Wodak, et al, 2011). Estudar a liderança, portanto, demanda profundidade nos processos de interação e comunicação entre os agentes. Estudar a linguagem, a interação e a intencionalidade explícita e implícita de um líder para a construção de sentido em um determinado contexto abre espaços para compreender o fenômeno de forma relacional (Fairhurst, 2008; Fairhurst & Grant, 2010; Fairhurst & Uhl-Bien, 2012).

O papel da capacidade de liderança para o gestor público começou a ser mais importante a partir da década de 1990. Isso porque o gestor público, a partir da difusão do *New Public Management* pelo mundo, passou a ser visto como um criador ativo de valor (Ospina, 2017). Liderança no setor público, nesse sentido, passou a ser interpretada como um processo interativo destinado a cultivar a capacidade e adaptabilidade dos membros do grupo para lidar com a complexidade que envolve as várias esferas da vida pública (Crosby & Bryson, 2017; Newman, 2011).

Existe uma multiplicidade de classificações sobre o exercício de liderança. Contudo, pesquisadores no campo de liderança pública têm dado maior foco a quatro arquétipos distintos. O primeiro é a liderança transacional, voltada à capacidade de equilibrar exigências de desempenho e recompensas entre os liderados. O segundo é a liderança transformacional, mais centrada nos atributos do líder de motivação inspiracional, estímulo intelectual, tratamento individualizado e influência direta sobre o sujeito. O terceiro é a liderança integrativa, que se concentra na busca da construção de canais de comunicação entre os distintos atores. Por fim, a liderança distributiva, que dá maior foco à delegação de autoridade e responsabilidade aos agentes. Estes dois últimos arquétipos compõem o que se denomina liderança coletivista (Crosby & Bryson, 2017; Ospina, 2017).

Liderança pública, portanto, envolve não apenas a necessidade de inspirar e motivar indivíduos, mas também demanda uma capacidade de criar formas colaborativas de governança, como redes de conhecimento, compartilhamento de informações e prestação de serviços. Uma liderança pública dá-se pelo compartilhamento democrático e plural de poder (Newman, 2011; Ospina, 2017). A liderança pública, quando ativamente exercida, é capaz de construir consenso a partir de pelo menos três linhas de ação: equilíbrio e abertura para a negociação; inclusão dos agentes interessados; e estímulo para um senso de autonomia dentre os atores que compõem aquele determinado contexto (Wodak et al, 2011).

Estudos críticos de liderança, por sua vez, têm realizado importantes contribuições à compreensão sobre o exercício de poder em processos de liderança (Wodak, et al, 2011). A análise crítica do discurso de líderes, nesse sentido, é uma dimensão privilegiada de análise na qual é possível compreender as relações sociais com maior profundidade. Discursos são contraditórios, envolvem múltiplos lócus de influência e são fortemente inerentes às relações sociais que se estabelecem entre os agentes (Fairhurst & Uhl-Bien, 2012). Estudar e compreender o discurso presidencial é uma oportunidade privilegiada de analisar a liderança como ela acontece, em fluxos sequenciais de interação social. A análise do discurso de lideranças significa, portanto, verificar o que o discurso causa diretamente como efeitos, e não apenas o que ele representa no contexto em que se insere. Portanto, mais do que a busca de significados ocultos, a análise do discurso busca os resultados derivados dos discursos dos líderes (Cabral, 2005; Fairhurst, 2008).

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO PELA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Van Dijk (2000) entende o conceito de discurso como multifacetado, ambíguo e transposto por diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, faz-se necessário compreender a dimensão do discurso além da estratégia de utilização de linguagem, para alcançar a compreensão que o relaciona a elementos embutidos na comunicação dos sujeitos, como o contexto, os sentidos partilhados, as estruturas vigentes etc. (Van Dijk, 2001). Os estudos críticos do discurso debruçam-se sobre eventos discursivos que exercem influência sobre o público, assim como sobre as lideranças e as elites políticas simbólicas. Para Van Dijk (2015), a análise crítica do discurso tem como objeto as relações de poder, bem como os abusos de autoridade delas decorrentes.

Relações de poder, para o autor, são relações particulares de controle que envolvem grupos sociais ou organizações que, dentre outras coisas, buscam o domínio de cognições pessoais e

socialmente partilhadas. O discurso, então, exerce papel preponderante no exercício do poder. A perspectiva de análise crítica do discurso de Van Dijk (2015) é caracterizada a partir do conjunto discurso-cognição-sociedade, no qual as estruturas discursivas e as sociais são caracterizadas como distintas, interagindo somente a partir de representações mentais de sujeitos que se utilizam da linguagem. É nesse sentido que a interação, as situações e as estruturas sociais interferem no texto e na fala apenas pelas interpretações realizadas pelos sujeitos destes ambientes (Van Dijk, 2000; 2015).

A partir de Van Dijk (1999), podemos pensar em descrever de forma genérica como o discurso opera na reprodução do poder e da dominação na sociedade. Partindo da proposta do autor, a análise do discurso em formato crítico que utilizamos neste trabalho compreende algumas temáticas explícitas que estão nas falas, como: conhecimentos e opiniões acumulados presentes nas memórias dos sujeitos discursivos; situação de comunicação em que os sujeitos se encontram, ou seja, o contexto e; memória coletiva, em relação aos assuntos e temas compartilhados em um mesmo grupo social. A partir do exposto, seguimos o protocolo de pesquisa elaborado por Couto e Carrieri (2018), sumarizado no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1. Perguntas a serem direcionadas a textos políticos

ESTRUTURAS MENTAIS	CATEGORIAS	PERGUNTA
Memória Pessoal	Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
	Uso Linguístico	Quais os recursos linguísticos são utilizados? (Metáforas, Hipérboles)
	Intencionalidade	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê?
	Coesão	Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?
	Unidade	Qual a mensagem geral que o enunciatário deseja expressar?
	Coerência	Quais são as contradições ou inconsistências presentes na fala ou no texto?
Contexto	Vantagem Direta	De que forma o discurso beneficia o enunciatário no contexto?
	Persuasão	De que forma ou com quais recursos o enunciador visa influenciar a cognição de seu interlocutor imediato?
	Controle da Fala / Texto	Quem detém maior controle sobre os temas, as falas ou o texto no momento do proferimento do discurso?
	Identificação	É um discurso proferido em função de alguma obrigação legal, social ou cultural ou de algum papel social específico?
	Conhecimento dos Receptores	Qual o nível de conhecimento expresso pelos receptores do discurso no momento de seu proferimento?

Memória Social	Estilos Discursivos	Quais as formas costumeiras de se controlar os discursos sobre o tópico específico do discurso analisado?
	Vantagem Indireta	De que forma o discurso beneficia a posição social ou o poder do enunciatário?
	Influência sobre Abuso de Poder	De que forma o discurso reforça ou resiste aos abusos de poder praticados no tempo-espaço sociais da fala?
	Influência sobre Reprodução das Desigualdades	De que forma o discurso reforça ou resiste à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espaço sociais da fala?
	Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	De que forma o discurso reforça ou resiste à visão teórica hegemônica sobre o fenômeno social tratado na fala?
	Coesão Social	É um discurso de fácil aceitação social?
	Antíteses Discursivas	Existem outros discursos que levam a crenças alternativas?

Fonte: Couto e Carrieri (2018, pp. 7-8).

PERCURSO METODOLÓGICO

Partindo do objetivo da presente pesquisa, trabalhamos os discursos oficiais proferidos pelo presidente da República em suas redes sociais e em raras aparições midiáticas. Para tanto, seguimos direcionamentos de uma pesquisa qualitativa crítica-hermenêutica que nos possibilita maiores possibilidades de reflexão. Conforme Viana, Costa e Brito (2016), a crítica-hermenêutica nos auxilia quando o foco está na comunicação que busca ser transformadora, procurando a vinculação de ideias e símbolos com a intenção de compreensão de padrões nas relações sociais de poder.

No que diz respeito à coleta, seleção e análise dos dados, utilizamos nos vídeos as referências trazidas do método da materialidade audiovisual. No percurso, coletamos 15 vídeos publicados na plataforma *YouTube*, conforme o Quadro 2. Importante reforçar que os vídeos se referem aos primeiros 30 dias de crise sanitária em 2020. Mesmo se tratando de discursos datados, reforçamos a importância de análises que verifiquem as primeiras posições oficiais diante de situações inesperadas. Com o suporte do *software* Atlas-Ti, buscamos rotular as citações conforme as categorias indicadas no Quadro 1. As citações obtidas na fase de coleta foram sinalizadas e transcritas na íntegra.

Quadro 2. Vídeos analisados durante a pesquisa

TÍTULO DO VÍDEO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Live de quinta-feira com o Presidente. Ajustada devido a cortes na transmissão. Temas na descrição	12/03/2020
Presidente Jair Bolsonaro é entrevistado por Datena.	16/03/2020

Ministro Paulo Guedes sobre coronavirus	17/03/2020
Presidente Bolsonaro, sobre ações do coronavirus.	17/03/2020
Live de quinta-feira com o Presidente Bolsonaro. (19/03/2020). Temas na descrição	20/03/2020
Dois dedos de prosa com Ratinho (SBT)	21/03/2020
Presidente Bolsonaro, no Domingo Espetacular sobre o covid-19 (22/03/2020)	23/03/2020
Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de TV, sobre o Covid-19	24/03/2020
Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro (26/03/2020). Temas na descrição do vídeo.	26/03/2020
Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto	27/03/2020
Fala na saída do Palácio do Alvorada (30/03/2020).	30/03/2020
Presidente da República fala novamente em Rede Nacional sobre o covid-19.	31/03/2020
Atualização de ações do Governo Federal no enfrentamento ao covid-19:	01/04/2020
Palácio do Alvorada (03/04/2020)	03/04/2020
Entrevista ao jornalista Augusto Nunes, na Jovem Pan: Programa " Os Pingos no is".	03/04/2020

Ao todo, foram analisadas 159 citações; 45% das falas foram realizadas em entrevistas, 20% em pronunciamentos oficiais, 18% em transmissões ao vivo realizadas diretamente do Palácio do Planalto, 14% em diálogos com apoiadores na portaria do Palácio do Planalto e, por fim, 3% em coletivas de imprensa. Para garantir a precisão das transcrições, um especialista externo comparou a transcrição com os minutos relacionados a cada uma das temáticas de cinco entrevistas aleatórias (McLellan, MacQueen, & Neidig, 2003). Alterações gramaticais e eventuais erros de digitação foram realizadas como resultado desta revisão, sendo aceitas para a análise posterior seguindo as diretrizes expostas da análise crítica do discurso.

RESULTADOS E ANÁLISE

Iniciamos nossas análises dos discursos proferidos por Jair Bolsonaro em seus vídeos postados no site *YouTube* a partir da memória pessoal, que analisa a dimensão da subjetividade do agente, o uso linguístico, a intencionalidade, a coesão e a unidade presente nas falas. O resumo dos achados está disponível no Quadro 3.

Quadro 3. Memória pessoal dos discursos

Memória Pessoal	Subjetividade	• Atuação/Papel do Presidente: Disponibilização de Recursos; • Atuação/Papel do Presidente: Repasse para Estados e Municípios; • Atuação/Papel do Presidente: Fortalecimento da Federação; • "O Presidente pode muito, mas é limitado em suas ações"; • Receio com culpabilização da Presidência por resultados da crise; • Responsabiliza prefeitos/governadores por resultados obtidos.
	Uso Linguístico	• Uso de linguagem militarizada (reforçar no *front*; concluir a *missão*); • Afirmação de Governadores como oportunistas; • Afirmação de Governadores como agentes arbitrários; • Ironia em relação à necessidade de ajuda dos Estados; • Governadores levarão o problema "para o colo da presidência"; • Governadores não conseguem ter efetividade em suas ações; • Presidência escuta o povo ao sair em manifestações e passeios.
	Intencionalidade	• Afirmar que a federação está fortalecida; • Afirmar que os esforços estão sendo envidados; • A parcela de responsabilidade da Presidência está sendo cumprida; • Afirmar que a Presidência não é responsável pelos resultados locais; • Impactos econômicos derivam de Governadores e Prefeitos;
	Coesão	• Iniciar a fala reafirmando compromisso com Federação; • Fala de limitações em suas atuações como Presidente; • Informa ações do governo Federal no combate à COVID-19; • Estabelece críticas a Governadores e Prefeitos; • Afirma que as consequências serão graves para a economia; • Responsabiliza Governadores por "oportunismo político".
	Unidade	• O papel do Governo Federal está sendo cumprido; • Recursos fornecidos para a Economia e Entes Federativos; • A Presidência não tem responsabilidade por resultados econômicos; • Não é a Presidência quem assume os riscos de recessão; • Governadores e Prefeitos são responsáveis por crise e recessão.
	Coerência	• Afirma que "envida todos os esforços", sem coordenação; • Afirma haver apoio para Estados; Governadores negam; • Ignora o papel de articular as ações dos Estados no país.

Em relação à dimensão da subjetividade, na qual se analisam as crenças e os valores expressos pelos agentes, emergiu a construção de que a atuação e o papel do presidente da República, durante a pandemia, se restringiram à estruturação das políticas macroeconômicas de apoio e disponibilização de recursos para entidades executoras, além de repasses a Estados e municípios durante a pandemia. Às ações do governo federal, somavam-se falas relacionadas ao fortalecimento da Federação: mais Brasil, menos Brasília. Essa afirmação teve um efeito de reafirmação de transferência da responsabilidade pela execução das políticas públicas aos entes subnacionais (Abrucio et al, 2020).

Bolsonaro reafirmou ser limitado em seus poderes e que seu envolvimento direto poderia acarretar responsabilização de seu governo em relação aos resultados da crise. Nesse sentido, há uma clara demonstração de preocupação com a preservação de sua imagem política. Sua baixa capacidade de coordenação federativa e articulação com os entes subnacionais manifestou-se a partir da falta de interesse integrativo e distributivo — o que ficou explícito no esforço de criticar a atuação dos governadores e prefeitos em função dos resultados econômicos negativos advindos das medidas de prevenção adotadas.

> Olha você sabe que um presidente pode muito, mas não pode tudo. Nós temos ali gente poderosa em Brasília que espera um tropeção meu. Eu estou esperando o povo pedir mais, porque o que eu tenho de base de apoio são alguns parlamentares, tudo bem, não é maioria, mas eu tenho o povo do nosso lado eu só posso tomar certas decisões do povo estando comigo. Eu mostrei para vocês, eu tenho acompanhado no mundo todo. As pessoas abaixo de 40 anos é quase zero o índice de óbitos quando a pessoa é infectada, chega a 0,2% [...]. Então tenho que ser responsável a esse ponto. Afinal, o que alguns governadores mais querem é que eu tome a decisão para "trazer o problema para o meu colo" e dali qualquer morte que acontecer, começar a me culpar, e começar a massificar. É isso, essa que é a minha maior preocupação neste momento. Mas, a semana que vem, com toda certeza, se não começar a volta pelo menos gradativa do emprego, vou ter que tomar uma decisão, e daí seja não o que Deus quiser, eu sempre acreditei em Deus. Mas seja aquilo que o povo brasileiro quiser (Jair Bolsonaro, ao jornalista Augusto Nunes, vídeo do *YouTube*, 03/04/2020).

A análise da fala constitui um exemplo do que fora supracitado. Ao se colocar em uma posição de suporte no combate à pandemia (sem assumir a liderança em relação à coordenação das ações de saúde no país), Bolsonaro escusou-se de assumir a responsabilidade direta pelos resultados, bem como do exercício de liderança e coordenação federativa. O presidente, nesse sentido, afirmou que, para tomar atitudes em relação à pandemia, carecia de apoio popular, dada a sua baixa capacidade de articulação e de apoio político em Brasília. Da mesma forma, é possível notar que o não-envolvimento direto da presidência na delimitação de políticas e diretrizes para localidades constitui uma janela de oportunidades para críticas abertas a opositores políticos localizados em governos de Estados e Prefeituras.

> Olha, os governadores assumiram a dianteira. É uma competição entre alguns, quem tomava a medida mais adequada para proteger a vida dos seus entes federados. É isso que aconteceu. É o que eu falei da minha cidade, Eldorado Paulista. Não precisava prefeito, com todo o respeito, tomar essa medida toda, que, pelo que me consta, não tem nenhum caso lá. Talvez a economia está sofrendo em Eldorado também. As lojas de calçados de vestuário, que são poucas, porque a cidade é muito pequena, estão fechadas. Esse pessoal, com certeza, já demitiu todo mundo que tinha que demitir. Se lá na frente tiver que tomar outra providência semelhante, por ter chegado vírus lá, e o comércio começar a reagir, vai levar outra pancada. Então falta planejamento. Por falta de alguns governadores e alguns prefeitos. Exageraram na dose. Não falaram, não procuraram o governo Executivo em nenhum momento, uma videoconferência, para decidir o que iam fazer. Fizeram por livre

> e espontânea vontade. Agora não queiram se socorrer do governo. O governo não tem meios para atendê-los (Jair Bolsonaro, ao jornalista Augusto Nunes, vídeo do *YouTube*, 03/04/2020).

É possível perceber uma crítica aberta em que o presidente tratou da atuação dos governadores como desarticulada. Nesse sentido, fica o questionamento: "quem seria o responsável pela articulação das políticas entre os Estados?" Justamente, o governo federal. A inércia de Bolsonaro, justificada pela frágil articulação política e pelos altos riscos de resultados negativos advindos da crise na economia, mostrou-se como uma situação favorável para inverter a lógica de responsabilização, resguardando sua imagem política ante ao eleitorado.

Importante ressaltar que o trabalho de construção de decretos ao longo da pandemia ficou a cargo de governadores e prefeitos, o que causou uma grande disparidade e diversidade de linhas de ações no país, gerando uma onda de manifestações populares de apelo pela reabertura do comércio local e uma ampla descrença em relação ao potencial danoso da pandemia (Pereira, et al, 2020; Schaefer et al.,2020). Embora o papel coordenador da União esteja cada vez mais evidente (Abrucio et al, 2020), é importante ressaltar que, neste caso, o papel do governo federal foi de posicionar-se contrariamente a medidas sanitárias consideradas válidas e criticar abertamente quem adotasse tais recomendações.

Observa-se que Bolsonaro, neste momento, se converteu na figura de um antilíder. Foram negados todos os princípios relacionados às lideranças integrativas e distributivas, para fazer do cenário uma disputa direta entre os atores. Para reforçar suas ideias, o uso linguístico feito pelo presidente envolveu um caráter imperativo e militarizado, com o uso de termos de guerra como "*front*", "missão", "soldados", etc. Afirmações assertivas sobre o suposto "oportunismo" de governadores, bem como de sua arbitrariedade na delimitação de políticas locais foram amplamente utilizadas (Luiz, 2020). Também foram utilizadas ironias sobre os resultados alcançados pelos Estados e as eventuais necessidades de caixa dos governos estaduais em função das ações de quarentena tomadas e redução da arrecadação.

As intencionalidades explícitas foram: (a) afirmar que a União permitiu o fortalecimento da Federação; (b) afirmar que a administração federal tem envidado esforços para conter a crise; (c) informar que a parcela que cabe à presidência tem sido cumprida; (d) isentar a presidência de responsabilidade pelos resultados negativos advindos do isolamento social; e (e) atribuir culpabilidade aos governos estaduais pelos resultados econômicos prejudiciais.

> Eu não quero histeria! Porque isso atrapalha! Tem certos chefes de Estado por aí, até prefeitos já está falando em ELE decretar interdição do aeroporto, fechando o shopping, fechando estradas federais, é inadmissível isso! Quando você fala em fechar aeroporto, Ratinho, a gente pode ter um parente, um amigo nosso, um ser humano aguardando um fígado que viria lá de Fortaleza aqui para Brasília, e não vem mais! Vai morrer esse cara porque fecharam aeroporto, isso é histeria! [...] Vão morrer alguns do vírus, sim, vão morrer! Alguns por já estar com deficiência, outros que vai acontecer, vai pegar o cara... pegou o cara no contrapé, vai acontecer, lamento. A minha mãe está com 92 anos de idade, magrinha, se pegar nela qualquer coisa, coitada da minha mãe, eu acho que ela nos deixa. Agora não podemos criar esse clima todo que está aí, prejudica a economia. Uma pessoa que vive da informalidade

> geralmente é uma pessoa que não ganha bem, e leva seus alimentos para casa com muita dificuldade. Se ele perde esse emprego, vai ficar pior. Alguém da família, em estado de inanição, chegando o vírus, ele tem mais chance de entrar em óbito do que se estivesse só praticando a informalidade. [...] Tem gente que quer fechar a igreja! Quer fechar a igreja, o último refúgio das pessoas! Lógico que o pastor vai saber conduzir lá o seu culto, ele vai ter consciência, o pastor ou o padre, se a igreja está muito cheia, falar alguma coisa, ele vai decidir lá [...]. É isso que temos que falar para a sociedade, olha, vamos passar por isso, a chuva está vindo aí, você vai se molhar, agora se você botar uma capinha aqui, tudo bem, passa. Agora, se você entrar em parafuso, tu vai morrer afogado embaixo da chuva (Jair Bolsonaro, em entrevista ao Ratinho, vídeo do *YouTube*, 21/03/2020).

A análise da fala anterior traz uma agravante: na percepção do presidente, o movimento feito pela imprensa e pelos governadores constituiu uma "histeria", ou uma comoção arquitetada para trazer caos à sociedade e prejuízo à imagem do governo. O seu discurso revelou uma aceitação (ou mesmo indiferença) em relação à quantidade de mortes que ocorreriam durante a pandemia, demonstrando uma preferência latente pela não-intervenção do Estado na economia durante a crise.

Via de regra, Bolsonaro buscou coesão para seus argumentos ao ordenar seus raciocínios no seguinte padrão: inicialmente, reafirmava seu compromisso com a Federação, falando das limitações de sua atuação no cargo. Em seguida, informava sobre as ações do governo federal no combate à Covid-19; estabelecia críticas à imprensa e aos governadores, afirmando as graves consequências econômicas das ações de quarentena tomadas nos Estados e municípios; por fim, encerrava reafirmando sua posição e seu compromisso com o país. A mensagem geral (unidade) que o presidente repassava durante seus discursos era subjetiva, sutil, e dizia respeito à construção de um modelo mental no qual ele seria responsável por dar toda a assistência possível, mas sem responsabilidade atribuível a sua pessoa.

Contudo, existem problemas de coerência nas falas de Bolsonaro. A primeira é que o presidente afirmou que todos os esforços estavam sendo tomados, quando ainda não era visível um esforço de coordenação nacional em relação à gestão da crise. Da mesma forma, afirmou estar dando apoio aos Estados, sendo contraposto exatamente por governadores de todo o país (Rossi & Silva, 2020). O presidente deliberadamente se omitiu de sua responsabilidade de trazer coesão à nação, articulando esforços e ações integradas de apoio entre os entes federativos.

Em seguida, foram analisadas as dimensões do contexto das falas. Foram analisadas as vantagens diretas a serem obtidas pelo presidente a partir de suas falas; as estratégias persuasivas utilizadas por Bolsonaro; a dimensão do controle de fala; a identificação do papel social do enunciador e, por fim, uma análise sobre o conhecimento dos receptores do discurso. Os resultados foram sumarizados no Quadro 4.

Quadro 4. Contexto dos discursos

Contexto	Vantagem Direta	• Escusa pelos resultados de gestão da crise; • Redução do prejuízo de imagem política durante crise.
	Persuasão	• Uso de linguagem e tom discursivo imperativos; • Uso de hipérboles e generalizações para suas ideias; • Autoridades religiosas e fé religiosa avocadas no discurso; • Autoafirmação como "delegatário" da vontade de Deus; • Descumprimento de quarentena justifica sua revogação;
	Controle de Fala	• Presidente delimita espaços de pronunciamentos ao público; • Muitas restrições de acesso para a imprensa tradicional.
	Identificação	• Discurso derivado de uma posição política (representante popular); • Identificação também como representante de comunidade cristã.
	Conhecimento dos Receptores	• Grande público se identifica com suas falas (senso comum); • Sofre resistências de opiniões mais especializadas; • Dá pouco espaço para questionamentos de agentes externos.

O discurso adotado trouxe vantagens diretas para Bolsonaro. O primeiro ganho foi a possibilidade de escusas pelos resultados de gestão da crise. Para Bolsonaro, as mortes ocorridas em função da Covid-19 eram inevitáveis e o desejável era que, pelo menos, "70% da população adquira a doença para que a sociedade adquira resistência ao vírus". Outro ganho direto seria a redução de prejuízos (ou blindagem) à imagem do presidente, que se apresentava à população como um agente de "pacificação" que afirmava a "naturalidade" das mortes que ocorreriam em função da pandemia – induzindo a população à crença de que essas mortes seriam inevitáveis, diferentemente das perdas que ocorreriam na economia do país.

> Esse vírus é como a chuva, vai molhar 70% de vocês, tá certo. Isso ninguém contesta. Toda a nação vai ficar livre de pandemia depois que 70% for infectado e conseguir os anticorpos, ponto final. Mas desses 70%, uma pequena parte, que são os idosos, e quem tem problemas de saúde, vai ter problema sério. Vai passar por isso também. O que estão fazendo é adiar para ter espaço nos hospitais, mas tem um detalhe, a sociedade não aguenta ficar dois, três meses parada. Vai quebrar tudo. Por demagogia, até a imprensa ali, por demagogia, há uma disputa entre algumas autoridades em quem está mais preocupado com a vida de vocês (Jair Bolsonaro, em diálogo com apoiadores na porta do Palácio do Planalto, vídeo do *YouTube*, 30/03/2020).

A análise da fala denota a naturalização das mortes construída discursivamente por Bolsonaro diretamente a seus apoiadores na porta do Palácio do Planalto. Para o presidente, é inevitável o contágio e todas e quaisquer ações de alerta para a quarentena, bem como ações de isolamento social promovidas pelos governos locais, eram ações demagógicas, que falsamente se preocupavam com a vida da população.

Como estratégias de persuasão, Bolsonaro fez uso de uma linguagem em tom imperativo e militarizado, com abundantes hipérboles e generalizações sobre suas afirmações. Uma estratégia frequente para trazer validação à sua atuação é a deslegitimação das ações de governadores e prefeitos durante a crise. Também são avocadas autoridades religiosas, bem como falas que envolvem a fé cristã, para a autoafirmação de sua "missão", delegada pelo povo e por Deus, de "trazer ordem" à nação brasileira. O apelo à religião é muito evidente em seus discursos. Sobre sua participação nas manifestações e nos passeios públicos:

> [...] é um sentimento, é a alma do povo que está naquele cercadinho, e vem aqui porque o SEU presidente conversa com o povo e vai continuar conversando com o povo! E se eu achar que eu devo ir agora para Sobradinho, ou pra outra cidade satélite, eu vou! A responsabilidade é minha! Eu é que estou botando minha vida em risco! Eu não estou juntando gente para bater palmas para mim, eu estou vendo o que está acontecendo! Fui em farmácias, fui em postos de combustíveis, caiu drasticamente a freguesia! Nós devemos tirar o povo da situação que se encontra. A primeira coisa como chefe de Estado é levar calma para eles. Calma! É igual na guerra. Calma, bicho! Você pode levar um tiro na cara, pode! Mas vamos fazer tudo para não levar. Aqui é a mesma coisa. Vamos continuar tomando as medidas protetivas quem tem maior idade, doenças, quem não tem o que fazer, fica em casa. Agora quem pode trabalhar e tem que trabalhar, em especial, o pessoal abaixo de 40 anos, TEM QUE IR TRABALHAR! Porque as consequências lá na frente serão enormes! É um preço que todo mundo vai pagar! (Jair Bolsonaro, ao jornalista Augusto Nunes, vídeo do *YouTube*, 03/04/2020)

A análise da fala é reveladora. Bolsonaro referiu-se a si mesmo como porta-voz do povo, como pacificador, alguém responsável por levar calma aos "soldados" (referindo-se, assim, ao povo). Para isso, fez uso de uma linguagem apelativa, de exemplos esdrúxulos e de referências à sua própria vida como um modelo de referência para tirar conclusões em relação aos rumos a serem tomados pelo Brasil.

Seu perfil como governante se reflete no seu amplo controle sobre os meios de fala. Bolsonaro delimita os espaços em que realiza pronunciamentos, normalmente hostilizando e impondo restrições à imprensa, escolhendo, via de regra, espaços em que pode conversar sem mediações com seus eleitores, bem como concede entrevistas a jornalistas alinhados a suas ideologias e seus posicionamentos políticos.

Seu discurso é de fácil identificação por parte do público de matrizes religiosas judaico-cristãs. O uso de frases de efeito, bem como de pensamentos carregados de senso comum e de conhecimento popular faz com que sua atuação populista alcance grande parcela do eleitorado. Sua autoafirmação como representante da nação visa a trazer uma sensação de direcionamento, controle e firmeza na gestão do país.

O conhecimento de seus receptores constitui um dos pontos mais importantes para a manutenção de sua popularidade. O público identifica-se com seu perfil espontâneo, debochado e sua forte personalidade. Contudo, seus discursos encontram muita resistência entre detentores

de conhecimentos técnicos e especializados. A opinião do presidente, apesar das fragilidades até aqui apontadas, segue em um ambiente turbulento, nebuloso, em que não se sabe quais desdobramentos advirão da crise – e sua atuação agrava a situação.

A última dimensão de análise é a memória social dos discursos, em que abordamos os estilos discursivos, as vantagens indiretas, as influências sobre abuso de poder, sobre reprodução de desigualdades e sobre visões teóricas hegemônicas, bem como a coesão social e as antíteses discursivas. Os resultados estão no Quadro 5.

Quadro 5. Memória social dos discursos

Memória Social	Estilos Discursivos	• Uso de limitações normativas para justificação; • Delimitação arbitrária de participação nos meios de mídia; • Articulação de redes sociais para difusão de ideias; • Repetição de bordões e jargões de fácil memorização; • Manifestações reiteradas de senso comum popular.
	Vantagem Indireta	• "Retira dos ombros" do Presidente a responsabilidade da crise; • Diminui a pressão por ações mais afirmativas na gestão da crise; • Transfere responsabilidade para Prefeitos e Governadores;
	Influência sobre Abuso de Poder	• Abandona a ideia *Welfare State* e de intervenção do governo; • Relega aos municípios resultados sem coordenação central; • Marginaliza a supremacia da defesa prioritária do direito à vida.
	Influência sobre Reprodução das Desigualdades	• Não ameniza diferenças regionais e hipossuficiência de prefeituras; • Reduz a capacidade de gerenciamento da crise (falha de comando); • Expõe populações mais carentes ao risco de contágio acentuado.
	Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	• Reforço do discurso de "Estado Mínimo"; • Reforço da supremacia das forças de mercado durante crise; • Resiste à visão de que cabe ao Estado o bem-estar da população; • Resistência subjetiva à defesa da vida como princípio constitucional.
	Coesão Social	• Ampla assimilação por uso de senso comum; • Discurso de fácil aceitação; • Discurso que gera tensões políticas entre Estados e União;
	Antíteses Discursivas	• Discursos em defesa de princípios constitucionais; • Discursos de atuação em prol do Bem-estar social; • Críticas ao economicismo em momentos de pandemia; • Discursos que demandam ações mais assertivas da Presidência; • Demanda por soluções coordenadas entre entes federativos.

Em relação aos estilos discursivos, Bolsonaro manteve sua narrativa por meio de alegações de empecilhos legais, pela seletividade de veículos de imprensa e pela articulação nas redes sociais, reproduzindo repetidas vezes bordões e jargões de fácil memorização. A estratégia foi utilizar meios de comunicação diretos e alternativos para reforçar suas ideias, repetindo-as continuamente diante da população.

Como vantagem indireta de seus discursos, Bolsonaro escusou-se da responsabilidade de coordenação de diretrizes e ações nas diferentes regiões do país, e deixou nas mãos de prefeitos e governadores a responsabilidade pela gestão da crise, transferindo também a estes a responsabilização pelos eventuais resultados negativos.

> Que vai ter problemas, eu sei que vai ter. Teremos mortes, lamentavelmente teremos. Mas parece que o que seria mais prudente, é nós abrimos de forma paulatina o comércio a partir da próxima segunda-feira agora. O Brasil não vai mais aguentar isso aí. Se estão pensando em sufocar a economia para desgastar o governo, a população já sabe quem é que está fazendo a coisa de forma errada. Então é bom senso, é calma, tranquilidade, é pensar no povo (Jair Bolsonaro, ao jornalista Augusto Nunes, vídeo do *YouTube*, 03/04/2020).

A análise da fala sobredita denota que o presidente possuía consciência da quantidade de mortes e as naturaliza como algo inevitável e necessário para a superação da crise. Em sua alocução, fica evidente que o eventual "sufocamento" da economia será de responsabilidade de prefeitos e governadores. Tais ações influenciam abusos de poder latentes, como o abandono total da ideia de Estado de Bem-Estar Social coordenado pelas ações de governo, bem como relega aos municípios os resultados sem uma diretriz central que oriente as ações a serem tomadas. Da mesma forma, há uma marginalização subjetiva dos princípios constitucionais de proteção à vida e à saúde dos cidadãos brasileiros.

Os discursos e as ações de Bolsonaro também constituem possíveis reforços sobre as desigualdades no país. O então presidente, ao não padronizar os discursos de combate à crise sanitária e desconsiderar a coordenação do poder federativo com as demais instâncias de poder, deixou o país à mercê da desarmonia de ações, contando com a criatividade e o comprometimento de prefeitos e governantes em relação à saúde pública. O resultado prático foi a exposição de populações ao risco de contágio em sua forma mais agravada, já que muitas localidades não possuíam estrutura hospitalar adequada para lidar com a gravidade de contágio durante a pandemia. Nesse sentido,

> O discurso de Bolsonaro tem peso e sentido real para os milhares de brasileiros que perderam seus empregos em virtude da pandemia e se envolve de ostensivo caráter político, pois distingue o presidente dos demais representantes do poder executivo estadual que não apoiam suas orientações. O comportamento acusador de Bolsonaro pode ter efeitos negativos para a autonomia dos políticos que continuarem a tomar decisões calcadas pela técnica, expondo pontos nevrálgicos da política partidária e eleitoral. O presidente impõe rivalidades e retaliações àqueles que dele discordam, corroendo o potencial de união e impedindo a cooperação entre os entes federativos num momento de emergência sanitária e econômica. (Pereira et al, 2020, p. 688).

A liderança presidencial na coordenação dos entes federativos subnacionais constitui uma antítese do que é prescrito na literatura sobre liderança pública. Ao invés de um exercício

transacional, transformacional, integrativo ou distributivo, Bolsonaro posicionou-se de maneira agressiva, constituindo um cenário discursivo de guerra contra as demais lideranças políticas da nação. Nesse sentido, sua postura pode ser associada à figura de um antilíder, um agente que busca a desagregação e a descoordenação dos atores sociais em prol de suas próprias concepções. Suas práticas discursivas revelam uma atuação explícita contra a governança no momento da pandemia, e negligência diante do papel centralizador que vinha historicamente sendo exercida pelo chefe do Executivo federal no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que, ao longo desta análise discursiva, foi possível produzir um contradiscurso, ou um discurso de resistência. Para além de tratarmos da (falta de) liderança política de Jair Bolsonaro, entendemos que seu papel durante a pandemia foi totalmente contrário à coordenação federativa que é esperada de um líder nacional. Podemos, nesse sentido, perceber uma clara manifestação de anti-liderança. A insistência em métodos cientificamente não-comprovados levou a uma resistência oferecida pelos governadores e prefeitos que abre um precedente histórico sobre o federalismo brasileiro. Diante da ameaça do negacionismo, governadores e prefeitos foram forçados a resistir com contornos judiciais para tentar conter os prejuízos sanitários advindos do que se pode chamar de antítese da liderança, ou da atuação explícita de um antilíder na presidência da República.

A noção do antilíder apresentada neste artigo deriva de uma interpretação da antítese do que se entende por liderança discursiva (Crosby & Bryson, 2017; Fairhurst, 2008; Wodak, et al, 2011). Nesse sentido, em vez do exercício da co-construção, o antilíder objetiva a destruição. Ao invés de buscar a negociação por meio de suas capacidades comunicativas, faz uso de sua influência para potencializar conflitos e dissensos. Em vez de buscar continuamente adaptabilidade dos seus liderados em cenários complexos, o antilíder interessa-se em aprofundar as divergências entre o ambiente e o arranjo organizativo existentes. Por fim, é aquele que busca concentrar poder em si mesmo, criando desestímulos para um senso de autonomia que compõe o contexto social.

O descompasso com o que é esperado de um líder nacional pode ser, a partir de nosso trabalho, lido como falta de interesse do então presidente na constituição de arenas de barganha, mediação e solução de conflitos, mesmo sendo o governo federal o detentor dos meios e dos recursos para tal. Da mesma forma, restou evidente que, para Bolsonaro, a preservação de sua imagem política e a constituição discursiva de um ambiente de guerra seriam benéficas aos seus interesses, à revelia dos efeitos que causariam ao longo da pandemia. Pelo contrário, restou evidente sua indiferença e negacionismo em relação às possíveis mortes que viriam. Ao tempo do fechamento deste artigo, o número de mortes supera 614 mil ocorrências.

REFERÊNCIAS

Abrucio, F. L., Grin, E. J., Franzese, C., Segatto, C. I., & Couto, C. G. (2020). Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: Um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, *54*(4) 663-677. doi:10.1590/0034-761220200354

Arretche, M. (2004). Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, *18*(2)17-26. doi: 10.1590/S0102-88392004000200003

Arretche, M. (2012). *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Fiocruz.

Cabral, A. C. (2005). A Análise do Discurso como Estratégia de Pesquisa no Campo a Administração: uma visão global. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Administração*, *3*(2)59-68. doi: 10.19094/contextus.v3i2.32069

Couto, F. F., & Carrieri, A. P. (2018). *Análise Crítica do Discurso: A Teoria a partir de Teun A. Van Dijk*. XXI Semead - Seminários em Administração da USP (pp. 1-12). USP.

Crosby, B. C., & Bryson, J. M. (2017). Why leadership of public leadership research matters: And what to do about it. *Public Management Review*, *20*(9),1265-1286. doi:10.1080/14719037.2017.1348731

Fairhurst, G. T. (2008). Discursive Leadership: A Communication Alternative to Leadership Psychology. *Management Communication Quarterly*, *21*(4), 510-521. doi:10.1177/0893318907313714

Fairhurst, G. T., & Grant, D. (2010). The Social Construction of Leadership: A Sailing Guide. *Management Communication Quarterly*, *24*(2), 171-210. doi:10.1177/0893318909359697

Fairhurst, G. T., & Uhl-Bien, M. (2012). Organizational discourse analysis (ODA): Examining leadership as a relational process. *The Leadership Quarterly*, *23*(6), 1043-1062. doi:10.1016/j.leaqua.2012.10.005

Gramacho, W., Turgeon, M., Kennedo, J., Stabile, M., & Mundim, P. S. (2021). Political Preferences, Knowledge and Misinformation About COVID-19: The Case of Brazil. *Frontiers in Political Science*, *3*(646430), 1-13. doi:10.3389/fpos.2021.646430

Grin, E. J., & Segatto, C. I. (2021). Consórcios intermunicipais ou arranjos de desenvolvimento da educação? Uma análise de duas experiências no federalismo educacional brasileiro. *Revista do Serviço Público*, *72*(1)101-132. doi:10.21874/rsp.v72.i1.4114

Koivunen, N. (2007). The processual nature of leadership discourses. *Scadinavian Journal of Management*, *23*, 285-305. doi:10.1016/j.scaman.2007.05.006

Luiz, T. C. (2020). Populismo e desinformação no contexto da Covid-19: Uma reflexão em torno das manifestações de Jair Bolsonaro durante a pandemia. *Mediapolis - Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (11), 57-70. doi:10.14195/2183-6019_11_4

McLellan, E., MacQueen, K. M., & Neidig, J. L. (2003). Beyond the Qualitative Interview: Data Preparation and Transcription. *Field Methods*, *15*(1)63-84. doi:10.1177/1525822X02239573

Melo, M. A. (2005). O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, *48*(4)845-889. doi: 10.1590/S0011-52582005000400004

Newman, J. (2011). Public Money & Management. *Public Money & Management*, *31*(5)315-322. doi:10.1080/09540962.2011.598336

Ortega, F., & Orsini, M. (2020). Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, *15*(9), 1257-1277. doi:10.1080/17441692.2020.1795223

Ospina, S. M. (2017). Collective Leadership and Context in Public Administration: Bridging Public Leadership Research and Leadership Studies. *Public Administration Review*, 77(2), 275-287. doi:10.1111/puar.12706

Pereira, A. K., Oliveira, M. S., & Sampaio, T. S. (2020). Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnicoadministrativos. *Revista de Administração Pública*, *54*(4), 678-696. doi:10.1590/0034-761220200323

Rossi, R. d., & Silva, S. A. (1-16 de 2020). O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19. *Espaço e Economia*, (18), 1-16. doi:10.4000/espacoeconomia.13776

Santos, M. C., & Fossá, M. I. (2020). A Disputa pelo Poder Político em Meio à Pandemia de COVID-19: Análise do Confronto entre João Dória e Jair Bolsonaro. *Panorama*, *10*(1) 08-16. doi:10.18224/pan.v10i1.8297

Schaefer, B. M., Resende, R. C., Epitácio, S. D, & Aleixo, M. T. (2020). Ações governamentais contra o novo coronavírus: Evidências dos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, *54*(5) 1429-1445. doi:10.1590/0034-761220200503

Segatto, C. I., & Abrucio, F. L. (2016). A cooperação em uma federação heterogênea: Oregime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*, *21*(65)411-429. doi:10.1590/S1413-24782016216522

Silva, A. M. (2020). (Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a Covid-19. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 2(20) 4-28. doi:10.47369/eidea-20-2-2736

Van Dijk, T. (1999). El analissis crítico del discurso. Anthropos (186), 23-36. Recuperado de http://cmap.upb.edu.co/rid=1J59CGKZN-84T0XK-C2/analisisCriticodelDiscurso.pdf

Van Dijk, T. (2000). *El estudio del discurso*. In T. Van Dijk, El discurso como estructura y proceso (pp. 21-65). Gedisa.

Van Dijk, T. (2001). *Critical Discourse Analysis*. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H. E. Hamilton, The Handbook of Discourse Analysis (pp. 352-371). Blackwell Publishers.

Van Dijk, T. (2015). *Critical Discourse Studies: A Sociocognitive Approach*. In R. Wodak, & M. Meyer, Methods of Critical Discourse Studies (pp. 63-85). Sage.

Viana, M. F., Costa, A. P., & Brito, M. J. (2016). A hermenêutica crítica e estudos em marketing: Aproximações e possibilidades. *Organizações & Sociedade*, *23*(76) 92-109. doi:10.1590/1984-9230765

Wodak, R., Kwon, W., & Clarke, I. (2011). 'Getting people on board': Discursive leadership for consensus building in team meetings. *Discourse & Society*, *22*(5) 592-644. doi:10.1177/0957926511405410